

O FECHAMENTO DE ESCOLA DO CAMPO E OS IMPACTOS SOBRE O TERRITÓRIO RURAL

THE END OF SCHOOL AND THE IMPACTS ON RURAL AREAS

DEL CIERRE DE LA ESCUELA Y DE LOS IMPACTOS SOBRE EL TERRITORIO RURAL

Adriana Almeida Veiga¹
Rosângela Cristina Rosinski Lima²
Tamiris Aparecida Bueno Morgado³
Ana Claudia Santos⁴

RESUMO:

O presente estudo trata do fechamento de escola e os impactos sobre o território rural. Tem o objetivo analisar os efeitos do fechamento de escolas para a comunidade rural. A metodologia consiste na fundamentação teórica em autores da área de educação que pesquisam a educação do campo e o fechamento de escolas e também o estudo de caso onde utilizou-se a técnica de coleta de dados a partir do questionário enviado pelo aplicativo de *whatsapp* com a moradora local. Concluiu-se que o fechamento de escola contribui para o êxodo rural, para a expansão do latifúndio e “periferização” do campo e das pequenas propriedades. Ainda, estagna os processos de desenvolvimento da agricultura, provoca o extermínio de cultura local e o empobrecimento social.

Palavras-Chaves: Educação do Campo. Fechamento de escolas. Expansão do Agronegócio. Impactos. Interesses econômicos.

ABSTRACT:

The present study deals with the end of schools and the impacts on rural areas. It aims to analyze the effects of the shutting down the schools on the rural community. The methodology consists of theoretical foundations in authors from the field of education who research rural education and the closure of schools and also the case study where the technique of data collection was used from the questionnaire sent by the *whatsapp* application with the local resident. It was concluded that the paralyzation of the school contribute to the rural exodus, to the expansion of the large uncultivated area and the “peripheralization” of the countryside and small properties. Furthermore, it stagnates the

¹Professora pela Prefeitura Municipal da Lapa. Doutoranda em Educação- UFPR. E-mail: adrianaalmeidaveiga@gmail.com

² Doutora em Educação- UTP. E-mail: rosangela.rosinski16@gmail.com.

³ Professora Centro Universitário Fael. Doutora em Educação- PUC/PR. E-mail: tamirisfbueno@hotmail.com

⁴ Professora Prefeitura Municipal da Lapa. E-mail: anasantos@gmail.com

agricultural development processes, causes the extermination of local culture and social impoverishment.

Keywords: Rural Education. Closing of schools. Expansion of Agribusiness. Impacts. Economic interests.

RESUMEN:

El presente estudio se trata del cierre de la escuela y de los impactos sobre el territorio rural. Tiene el objetivo de analizar los efectos del cierre de las escuelas para la comunidad rural. La metodología consiste en la fundamentación teórica en autores del área de la educación que investigan la educación del campo y el cierre de escuelas y también el estudio de caso donde se utilizó la técnica de recolección de datos a partir de cuestionario enviado por el aplicativo *whatsapp* con la residente local. Se concluyó que el cierre de escuela contribuyó para el éxodo rural, para la expansión del latifundio y “periferización” del campo y de las pequeñas propiedades. Todavía, se estanca los procesos de desarrollo de la agricultura, causa el exterminio de la cultura local y el empobrecimiento social.

Palavras-Chaves: Educação Rural. Cierre de Escuelas. Expansión de la Agroindustria. Impactos. Intereses económicos.

INTRODUÇÃO

A política de fechamento de escolas é uma realidade sofrida pelas comunidades do campo que perpassam interesses capitalistas e, a médio e longo prazo repercutem negativamente sobre a vida, o trabalho e o futuro dos sujeitos do campo. Analisar os efeitos do fechamento é antes de tudo visibilizá-los e trazê-los à tona a fim de denunciar onde e em que medida isto contribui para a extinção das pequenas localidades, a destituição do modo de viver, da cultura dos povos, da ancestralidade, da diversidade de identidades constituídas historicamente, afetadas por uma demanda de interesses de pequenos grupos empresariais.

O fechamento de escolas rurais é um tema que interessa tanto às comunidades que sofreram o processo quanto àquelas que estão nele e precisam ser orientados quanto a seus direitos enquanto cidadão amparado pela Lei. Neste viés, o Movimento de Educação do Campo organizado essencialmente a partir do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra e outros movimentos de trabalhadores do campo, historicamente lutam pelo direito à uma educação de qualidade no campo, pela reforma agrária e articulam-se contra o fechamento de escolas.

A visibilidade destes movimentos educacionais, em âmbito nacional, se deu a partir das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (BRASIL, 2002) e as Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de

políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo (BRASIL, 2008), além do Decreto Presidencial nº.7.352 (BRASIL, 2010) que dispõe sobre a Política Nacional da Educação do Campo. São marcos importantes que delineiam e preveem os rumos educacionais no campo para escolas historicamente consideradas pela sociedade brasileira como “menos importante” ou colocada às margens dos processos de políticas educacionais. Em sua plenitude, esses documentos norteiam a importância política da Educação do Campo, dos seus sujeitos, suas experiências e formação humana.

Diante do exposto, levantou-se a seguinte questão norteadora: Quais os efeitos do fechamento de escolas para as comunidades rurais? Para buscar respostas, autores como Pereira (2018) que escreve sobre o fechamento de escolas na Região Metropolitana de Curitiba e o conjunto de interesses que circundam essa política, Schmitz (2015) que denuncia o fechamento de escolas oriundo de um processo de modernização do campo e o avanço do latifúndio, destituindo o pequeno produtor, provocando o esvaziamento pelos pequenos produtores e a consequente diminuição de número de alunos nas escolas tendo o fechamento e a nucleação como “solução” para resolver o “problema”. Também Mazur (2016) que aborda o fechamento de escolas no campo e analisa esses processos como política voltada à interesses econômicos e a importância da mobilização popular e de políticas não somente educacionais, mas que visem garantir condições de vida e trabalho no campo.

Este estudo está organizado em um capítulo subdividido em 3 tópicos que tratam dos seguintes temas: A política de fechamento de escolas em comunidades rurais, os interesses que circundam essa prática, como é feita essa prática e o que a comunidade pode fazer para evitar a efetivação desta política excludente.

2 A POLÍTICA DE FECHAMENTO DE ESCOLAS EM COMUNIDADES RURAIS

A prática adotada por gestores de municípios rurais tem a ver com o projeto de campo brasileiro onde impera o latifúndio, a grande produção, o avanço sobre a pequena propriedade e a resultante alta produtividade do agronegócio. A crescente modernização do campo é um fator que de longa data resulta no esvaziamento do campo e no lugar da pequena propriedade, grandes extensões de cultivo e alta produtividade com a utilização em larga escala de insumos agrícolas como fertilizantes e agrotóxicos. A monocultura predominante é a de soja, milho,

pinus e eucalipto oriundos de reflorestamentos. Ocorre que para produzir em alta escala, as fazendas onde são cultivadas essas culturas, necessitam necessariamente expandir suas áreas. Isto é um fator que pressiona a pequena propriedade, pois o latifúndio, com interesses de expandir suas áreas, aos poucos se apropriam de propriedades vizinhas. Este último fator, tem um efeito cascata, pois ao sair do campo, o pequeno produtor deixa para trás sua história, uma vida de trabalho, de constituição de identidade. É o projeto de campo brasileiro, que segundo Pereira (p. 18, 2017),

No Brasil o projeto de campo em vigência é capitalista, pois fortalece as iniciativas de desvalorização dos trabalhadores do campo, da agricultura familiar e atua com frentes de produção que degradam o meio ambiente, desarticula os trabalhadores, potencializa a concentração de terra e de renda, incentiva o uso de insumos químicos e fomenta a capitalização dos trabalhadores rurais. Nesta lógica tem-se a valorização do agronegócio, é o campo visto como uma indústria. Concomitantemente há o esvaziamento do campo no tocante à produção de vida.

Outro fator presente na expansão das fazendas de reflorestamento é a da destituição do capital sobre a pequena propriedade para atender os interesses da grande produção agrícola. Neste sentido, o produtor rural passa a ser funcionário dessas empresas. É a exploração da mão-de-obra dos sujeitos do campo. Outra forma de exploração capitalista presente é a da exploração da mão-de-obra não assalariada, ou seja, o mercado que não valoriza os produtos oriundos da produção da agricultura familiar. (MAZUR, 2016)

Os pequenos produtores que resistem a esses processos e lutam para continuar sobrevivendo da terra, na pequena propriedade, são “atacados” pelas correlações de forças presentes no campo. Um exemplo é o do cultivo de pequenos terrenos que se apresentam inviáveis pela falta de equipamentos, o trabalho manual acarretando em alto custo de produção. Junto a isso a falta de acesso à linhas de financiamento/crédito e às políticas públicas educacionais (escola de qualidade e acessível para os filhos dos pequenos produtores), econômicas (muitas vezes o pequeno produtor não possui condições para financiar um equipamento de ordenha, por exemplo e acaba vendendo a propriedade) e sociais (não há investimentos no campo como ensaibramento de estradas, saúde e saneamento básico). Além disso, a dificuldade para comercializar a produção agrícola, pois as cooperativas agrícolas utilizam da tabela fixa de preços a serem pagos na safra, firmando contratos que só prejudicam o pequeno produtor. Dependente de dinheiro antecipado para plantar, recorrem à cooperativa que “garante” um valor fixo muito abaixo do valor de mercado. Neste ano de

2021, por exemplo, a saca de soja foi fixada no valor de oitenta reais a ser pago para o produtor quando o valor de mercado é o dobro disso.

A ideia que por muito tempo permeou as discussões no campo acerca da qualidade da educação escolar, é que na cidade, o ensino seria melhor que o do campo. Em seu Trabalho de Conclusão de Curso, Maier (2016, p. 3) relata que no processo de acampamento a assentamento da localidade do Assentamento Contestado, hoje território de reforma agrária, [...] algumas das famílias acampadas não queriam a escola no campo, porque em sua visão, seria uma escola de má qualidade”. Ainda segundo a autora, os camponeses diziam que não “queriam que seus filhos passassem pelo que ele passou” (MAIER, 2016, p. 3).

Nesta conjuntura, além de ser marginalizada pelas políticas públicas, a escola era descreditada devido à sua estrutura, inclusive pelos próprios sujeitos do campo o que demonstrava a insuficiência na formação escolar, uma forte ideologia impregnada de discursos discriminatórios e a marginalização do campo. No entanto, sabe-se que com o avanço das pressões dos movimentos dos trabalhadores rurais e a partir das políticas públicas voltadas para a educação do campo, isto passa a ser superado (gradativamente). No entanto, ainda que a Educação do Campo enquanto movimento denuncia a qualidade da educação e conquista a efetivação dos direitos dos povos do campo a um ensino de qualidade, a política de fechamento de escolas é um problema que assola muitas localidades rurais. Segundo Pereira; Souza,

No Brasil o projeto de campo em vigência é capitalista, pois fortalece as iniciativas de desvalorização dos trabalhadores do campo, da agricultura familiar e atua com frentes de produção que degradam o meio ambiente, desarticula os trabalhadores, potencializa a concentração de terra e de renda, incentiva o uso de insumos químicos e fomenta a capitalização dos trabalhadores rurais. Nesta lógica tem-se a valorização do agronegócio, é o campo visto como uma indústria. Concomitantemente há o esvaziamento do campo no tocante à produção de com escola com identidade político-pedagógica do campo e não para o campo. Ser do campo implica ter a materialidade de vínculo entre comunidade-escola. (grifos das autoras, p. 177-178, 2017)

Essa desvalorização da qual as referidas autoras trataram repercute no modo de viver das famílias de uma comunidade que sofre o processo de fechamento de escola. O deslocamento dos alunos passa a ser feito a partir do transporte escolar que muitas vezes é

precário ou se precariza por conta das condições de estradas rurais, do acesso a determinados locais onde há impedimentos de passagem como pontes precárias, alagamentos e deslizamentos de terras em tempos chuvosos. Essas condições estruturais que perpassam e requerem de olhares de quem conhece a realidade do campo, vive nele e sabe o que inviabiliza esses processos, não é levado em conta. A partir disso, ao enfrentar dificuldades de acesso, muitas famílias tiram seus filhos da escola. Alunos que tinham a escola perto de suas casa, passam a utilizar transporte escolar, a se deslocar por distâncias maiores que 30 km, que passam horas no “saculejar” e na poeira da estrada, desanimam e tendem a encerrar seu processo de formação escolar. Contudo, ainda há de se salientar que esses casos não são uniformes, pois muitas famílias acabam vendendo suas propriedades e vão para a cidade buscar melhores condições de acesso à escola, trabalho e à serviços necessários para sobreviver.

2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para dar consistência à pesquisa, optou-se pelo estudo de caso. Segundo Yin (2001, p.33) “Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real”. Portanto, para demonstrar como se dão as contradições oriundas dos processos dialéticos de uma localidade rural do município da Lapa, estado do Paraná, buscou-se, a partir da técnica da coleta de dados, um questionário com uma moradora para levantar os aspectos sócio-econômicos-educacionais da localidade. Portanto, a natureza deste estudo qualitativo pretende demonstrar as dinâmicas e os fenômenos que ocorrem na realidade vivida da participante.

Para Ludke e André (1986) a partir da pesquisa qualitativa se pode analisar e descrever os dados de forma articulada sobre o ambiente, tendo o pesquisador dados para as análises. Dessa forma e de acordo com o meio em que a participante faz parte, foi essencial trazer para suas percepções sobre o seu meio de vivência questões para nortear sua fala. Assim, abordou-se questões como o fechamento da escola, impactos sobre a vida dos estudantes, esvaziamento da comunidade onde as famílias buscaram escolarização acessível, trabalho e condições estruturais de vida na localidade.

2.1 Participante

Participou deste estudo uma moradora da localidade que trabalha como Agente Comunitário de Saúde da Família. Os critérios para a entrevista com a moradora são: nasceu na localidade, vivenciou o processo de fechamento da escola e conhece todos os moradores da localidade.

Tendo em vista assegurar o sigilo da identidade da participante, nesse estudo a mesma será identificada pelo codinome “Girassol”.

2.2 Procedimento de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio do aplicativo whatsapp devido ao isolamento social necessário em decorrência da Pandemia da Covid-19 em todo o Brasil. Faz-se necessário, para não colocar em risco a vida, que se utilizem canais virtuais de comunicação para evitar o contágio pelo vírus. No primeiro momento, uma conversa informal com a moradora “Girassol”. Em um segundo momento, a realização do questionário onde a participante respondeu por escrito e também por áudio às perguntas feitas. Para o questionário como método de coleta de dados feitos a partir do aplicativo de whatsapp e a livre escolha em responder por mensagem escrita ou por áudio, pode-se fazer emergir informações de forma mais livre e não condicionadas a uma padronização.

Segundo Gil (1999, p. 128), o questionário pode ser definido, a saber:

Como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

A partir do questionário, levantou-se opiniões, sentimentos e situações vivenciadas na localidade perante os acontecimentos como o fechamento da escola, do abandono pelas famílias, da produção agrícola, da migração para outros locais, pelo envelhecimento da população local e o aumento do abandono escolar pelos jovens que precisam se deslocar para o centro do município para estudar.

2.3 Instrumento

O questionário foi feito a partir de um roteiro com 10 questões semiestruturadas onde abordaram-se aspectos como: caracterização da participante, da localidade, do processo de fechamento da escola, do uso de transporte escolar por crianças de 4 e 5 anos, evasão escolar, envelhecimento da população devido ao processo de emigração das famílias locais, do trabalho, do uso do prédio da escola, das consequências do fechamento da escola.

2.4 Procedimento de análise dos dados

A análise das respostas do questionário foi feita qualitativamente mediante diálogo em autores da área de educação. Os dados foram essenciais para compreender as contradições existentes no campo, culminando em análises sobre a realidade.

2.5 Resultados e discussão

Imagem 1: Centro da localidade onde estão localizados o prédio da antiga escola, a igreja e o salão de festas.



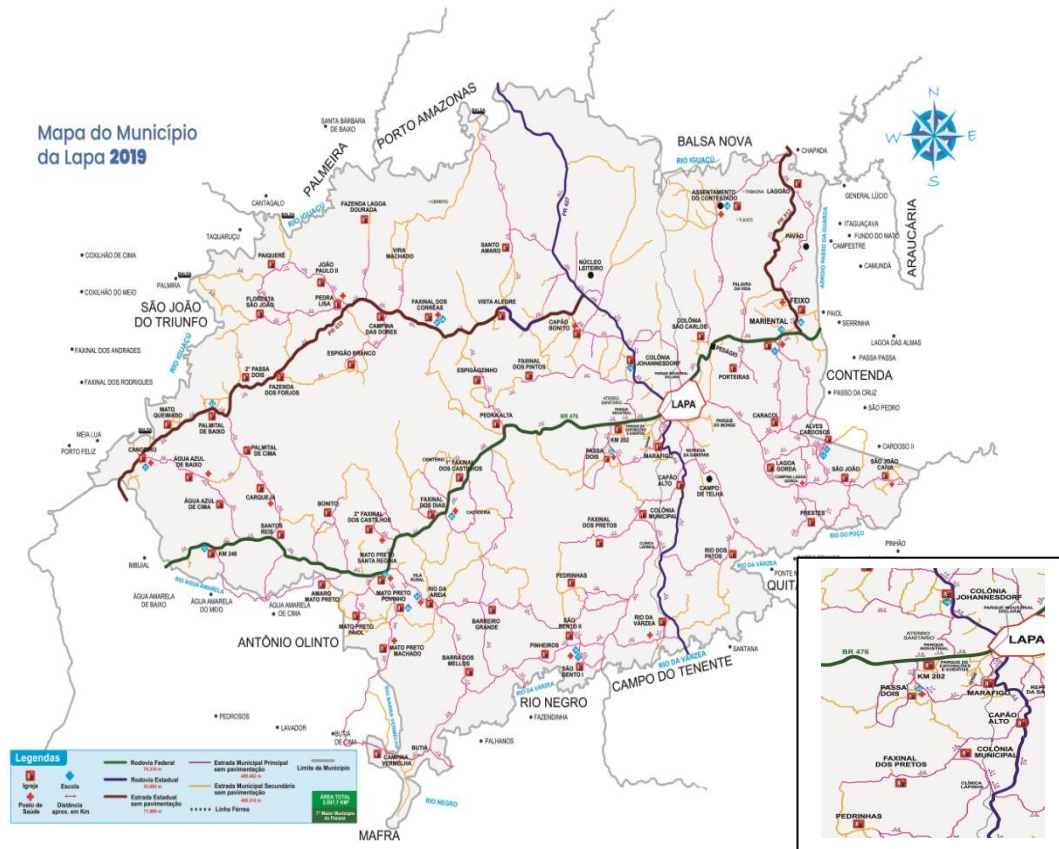
Foto: As autoras (2021)

Neste local em que está o prédio da antiga escola, agora é utilizado como Unidade de Saúde. Há atendimento uma vez por semana de médico. Também neste local há encontros de clube de mães da comunidade que se reúnem para fazer trabalhos artesanais e também utilizada pela catequese. (MARGARIDA, 2021)

A localidade de Faxinal dos Pretos fica a 12 km da sede do município da Lapa, estado do Paraná. Localizada a oeste do município, tem, segundo “Margarida” um histórico de uso de mão de obra escrava para a formação deste território que inicialmente pertencia a um latifundiário. “Havia um casarão onde não tem mais nem vestígios pra abrir pra criação de gado e lavoura”. O nome da localidade, segundo a participante, se deu com as histórias que um “senhorzinho já falecido que havia me contado que foram eles que habitaram aqui.. e por isso a origem Faxinal dos Pretos” (MARGARIDA, 2021)

Na localidade há duas fazendas, uma se chama “Dementerco” e a outra “Vila do Príncipe” (MARGARIDA, 2021). Geograficamente, a localidade delimita território com as localidades de Pedrinha, Lavrinha, Colônia Municipal e Passa Dois.

Imagem 2: Mapa das localidades rurais do município da Lapa, estado do Paraná.



Fonte: Comunicart (2021).

O interior do município da Lapa, segundo o site da prefeitura (LAPA, 2021, on line) tem 60 localidades rurais e mais de 3000 km de estradas rurais. É o 7º maior do estado do Paraná em extensão territorial. (PARANÁ, 2021, on line).

A localidade de Faxinal dos Pretos, em seus aspectos humanos, materiais e econômicos tem a seguinte estrutura: 158 habitantes, moradias com casas em alvenaria, madeira e mistas, leiterias, trabalho desenvolvido nas pequenas propriedades e pessoas que trabalham no Lar Lapiano, um Spa que atende pacientes de todo o país. Os jovens, geralmente vão embora para a cidade para estudar e trabalhar, permanecendo na localidade a população idosa, aposentada. Quanto à escola, há 19 alunos no Ensino Fundamental I e somente dois no Ensino Médio (MARGARIDA, 2021).

O relato da participante indica que os jovens não permanecem na localidade por sua falta de estrutura quanto à oportunidade de emprego e renda, se deslocando para o centro do município. Para Pereira (2017, p. 123), essa condição que os jovens enfrentam no campo se deve ao avanço do agronegócio no campo, a saber:

Ocorre que a insuficiência de escolas públicas localizadas no campo significa o resultado do projeto de campo assumido nesta região, assim como já pontuamos anteriormente. Esta relação implica em compreender o campo como mercadoria. Com a lógica do fortalecimento da agricultura capitalista fechamento tem-se o fechamento de escolas. Destacamos que com o capitalismo agrário as relações humanas são cada vez mais negadas. Destacamos que o resultado da opção capitalista de campo é o esvaziamento, no lugar de pessoas tem-se a produção em larga escala, muitas escolas são fechadas em virtude da intencionalidade desta prática. Defendemos que é preciso reconhecer o cenário para problematizar nas escolas, junto às comunidades, o que se tem o que se quer para o campo na RMC.

As relações humanas que a referida autora menciona, na localidade de Faxinal dos Pretos foi negada. Ao fechar a escola, o esvaziamento da comunidade é a primeira consequência de tantas outras que passam a ocorrer no decorrer e passar do tempo.

A escola da localidade, segundo Margarida, foi fechada no início da década de 1990. Segundo a referida participante, a primeira “escolinha” era localizada no terreno onde hoje é da família Piovesan e a primeira professora foi dona Jacira Wille Vidal. Posteriormente, foi construída uma sala de madeira ao lado da igreja. A professora era dona Sebastiana Shinda. Ambas as professoras eram moradoras da localidade. “Depois foi construída a segunda sala aí eu me lembro foi onde eu estudava. As professoras vinham da cidade e paravam nas casas pra poder dar aulas, até retirem ela.” (MARGARIDA, 2021).

Sobre o processo de fechamento, a participante relata que houve uma reunião de representantes da secretaria de educação da época. Com um discurso progressista onde as crianças teriam uma escola maior, de melhor qualidade, conseguiram que a comunidade assinasse a ata, autorizando esse processo. Pereira (2017, p. 147) escreve que:

Em alguns casos a comunidade escolar é apenas informada da decisão de cessação. Ou seja, a participação da comunidade neste processo será apenas de ouvir o parecer do fechamento da escola, assinar a ata imprimindo sua anuência, e incorporando a orientação para matricular o aluno em outra instituição.

O fechamento de escolas é uma política que já é desenvolvida desde a década de 1980 no município da Lapa. Segundo Pereira (2017, p. 122), o município “[...] até 1996 contava

Revista Educação e Ciências Sociais, UNEB, Salvador.v.5, n.9, jul – dez. de 2022 - ISSN 2595-9980
DOI: <https://doi.org/10.38090/recs.2595-9980.v5.n9.8>

com 62 escolas rurais e em 2000 registrou 30 escolas ativas”. Estes números expõem claramente a política de fechamento de escolas diminuindo pela metade o número em apenas 4 anos. Segundo a pesquisa de Mestrado de Adriana Almeida Veiga (2019), o número de escolas rurais no ano de 2019 era de 13 escolas. No ano de 2020, mais uma escola sofreu processo de fechamento, totalizando o quadro de escolas rurais/do campo em 12 escolas em funcionamento.

A partir do fechamento da escola, os alunos da localidade passaram a se deslocar para o centro do município, em escolas urbanas e a utilizar o transporte escolar. Devido à passagem do ônibus por outras localidades, o transporte chega à localidade muito cedo (por volta das seis horas da manhã). A partir do ano de 2013, crianças de 4 e 5 anos passaram a estudar também. Isto ocasiona muitos inconvenientes para as famílias, pois muitos moram longe da estrada principal, não têm transporte e têm que andar quilômetros para chegar no ponto em que o ônibus escolar passa.

O tempo despendido dentro do transporte escolar, é um dos fatores que contribuem para a evasão escolar dos moradores locais. No entanto, há um fator que merece ser desdobrado, já que é considerado, pela comunidade, como o cerne da questão. Ele é o cotidiano escolar no centro urbano do município. A mudança de cenário e os contrastes em que os alunos do campo são inseridos junto a fatores como a prática pedagógica escolar desvinculada de sua realidade, interferem no processo de ensino aprendizagem. As relações com o outro social também merece destaque já que a realidade em que alunos de localidades rurais vivenciam estão distantes, categoricamente, da realidade em que os alunos que moram em áreas urbanas vivenciam.

Os contrastes delineados junto ao montante de fatores que interferem as aprendizagens como o calçado sujo de barro na sala de aula, o dialeto advindo de um processo histórico-cultural do meio rural, as relações com os recursos naturais, os conhecimentos sobre o trato com a terra, com as plantas, as relações humanas que se dão no campo, são específicos e tendem a gerar contradições na escola urbana. Diante disso, o currículo centrado no urbano e as relações escolares findadas na premissa do aluno morador do centro urbano, que se desloca até a escola a pé, cujos os pais são trabalhadores do ramo industrial ou de serviços, dentre outros fatores, interferem negativamente para que o aluno que mora no campo pare de estudar. Este último fator é essencial para análises já que o transporte escolar pode quebrar, furar pneus, esperar a passagem do trem pela linha férrea acarretando atrasos que muitas vezes não são levados em conta na escola. Para Elias e Scotson (2000, p. 32), “[...] a relação entre grupos

interligados na condição de estabelecidos e outsiders é determinada por sua forma de vinculação e não por qualquer característica que os grupos tenham fator esse que explica essa relação de exclusão e preconceito na escola.

Portanto, a contribuição da participante quanto às respostas às questões feitas foi essencial para analisar as consequências do fechamento da escola na localidade de Faxinal dos Pretos. A escola na comunidade representa vida, dinamicidade, correlações que interferem no cotidiano, nos processos de trabalho, na promoção da vida coletiva. No entanto, seu fechamento gera sofrimento, evasão escolar, processos discriminatórios, dentre outros fatores que ao final, prejudicam os povos e seu desenvolvimento.

Em tempo, é necessário levar ao conhecimento dos povos das localidades rurais que o fechamento de escolas pela Secretaria de Educação somente é possível a partir da concordância da comunidade escolar. Se as famílias não assinarem a ata de fechamento, esta política não toma corpo. Portanto, o direito à educação é garantido na Constituição de 1988 para todos. Isto significa que esse “todos” compreende as comunidades das mais diversas regiões sejam elas rurais ou urbanas. O Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 53, determina que a escola pública e gratuita deve ser ofertada perto da residência do aluno. Portanto, o fechamento pode ser combatido a partir de um processo de lutas coletivas da comunidade. Buscar informações acerca dos direitos educacionais pode determinar o futuro da comunidade e de seus sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os efeitos do fechamento da escola da localidade de Faxinal dos Pretos, no município da Lapa foi o esvaziamento de famílias das propriedades, a venda de pedaços de terras para fazendeiros que cultivam monocultura, o envelhecimento da população devido ao fato da forte emigração dos jovens que foram para os centros urbanos em busca de escolarização e emprego. Outrossim, jornadas diárias enfrentadas por crianças e adolescentes no uso do transporte escolar que passa muito cedo e agrava ainda mais a evasão escolar. A perda da cultura local, do modo de viver, das brincadeiras, dos encontros das famílias, das festas na igreja são alguns dos fatores que tiveram forte impacto.

Concluiu-se que o fechamento de escola contribui para o êxodo rural, para a expansão do latifúndio e “periferização” do campo e das pequenas propriedades. Ainda, estagna os

processos de desenvolvimento da agricultura, provoca o extermínio de cultura local e o empobrecimento social.

Os interesses econômicos do fechamento de escolas estão, dentre outros, da terceirização do transporte escolar com a contratação de empresas privadas e que muitas vezes disponibilizam para o transporte veículos em condições precárias para o uso; do deslocamento de professores e alunos para escolas “maiores”, diminuindo, dessa forma, investimentos e manutenção de prédios; abrir possibilidades de expansão do agronegócio já que o fechamento indica abandono pelas famílias de suas propriedades, migração para a cidade e venda da pequena propriedade; favorecimento da expansão do agronegócio tratado como “bom, top, tudo” pela mídia e internalizado/praticado naturalmente como se fosse inofensivo para a vida humana, animal e vegetal; concentração de alunos em uma sala, já que escolas de localidades pequenas atendem poucos alunos e ao nuclear em escola maior, o número de professores diminui, dentre outros fatores.

O processo de fechamento é feito a partir de reuniões com a comunidade e a explicitação dos motivos econômicos e legais para esse processo e, ainda, necessita ser acordado, aceito por todos. No entanto, como tratado, isto pode ocorrer, porém, não é o que ocorreu na localidade pesquisada. Segundo a participante, esse processo “foi de repente”. Em um dia avisaram e no outro o transporte escolar já estava na hora marcada esperando os alunos para levá-los para a escola urbana.

As comunidades rurais podem resistir ao fechamento da escola a partir da não aceitação. A resistência a esses processos é essencial para a manutenção da cultura dos povos do campo, de sua existência! A desumanização do capitalismo que pressupõe a degradação ambiental, o fim da agricultura familiar e o avanço do agronegócio, só pode se concretizar mediante a passividade de um coletivo. O processo ocorrido nesta localidade pesquisada certamente indica o quão ainda é preciso para que se alcance e se faça presente o direito a ter direito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição Federal do Brasil de 1988*. Brasília: DF, 1988.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90*. Brasília: DF, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002*. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 9 abr. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008*. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Diário Oficial da União, 29/4/2008, Seção 1, p. 25-26

BRASIL. *Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010*. Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária -PRONERA. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 nov. 2010.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAPA, Prefeitura Municipal. *Caracterização do município da Lapa*. 2021. Disponível em: <https://lapa.atende.net/>. Acesso em: 14 mai. 2021.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MAZUR, Ivania Piva. *O processo de fechamento das escolas no campo em Itapejara D'Oeste/PR: O caso da Escola Estadual de Lageado Bonito e do Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes*. 2016. 203 fls. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão, 2016. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/986/1/Ivania.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2021.

PARANÁ. *Município da Lapa se destaca na produção de frutas com caroço*. Governo do estado do Paraná: Agência de notícias. 2021. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=99096>. Acesso em: 14 mai. 2021.

PEREIRA, Camila Casteliano. *A política de fechamento de escolas no campo na Região Metropolitana de Curitiba*. 2017. 192 fls. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2017. Disponível em: <https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1273>. Acesso em: 09 abr. 2021.

PEREIRA, Camila Casteliano; SOUZA, Maria Antônia de. A política de fechamento de escolas no campo na Região Metropolitana de Curitiba/PR. *Revista Práxis Educacional*. Vitória da Conquista, v. 13, n. 26, p. 158-180, set./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/2825/3812>. Acesso em: 09 abr. 2021.

SCHMITZ, Micheli Tassiana. *Análise Histórica do Fechamento das Escolas Localizadas no Campo nos Municípios que Compõem o Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos: O Caso das Escolas da Comunidade Canoas- Município de Cruzeiro do Iguaçu-1980-2014*.

Revista Educação e Ciências Sociais, UNEB, Salvador.v.5, n.9, jul – dez. de 2022 - ISSN 2595-9980
DOI: <https://doi.org/10.38090/recs.2595-9980.v5.n9.8>

2015. 192 fls. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão, 2015. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/981/1/Micheli%20Schimitz.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2021.

VEIGA, Adriana Almeida. *Prática pedagógica na perspectiva do letramento em escola pública no/do campo*. Dissertação de Mestrado em Educação. Linha de Práticas Pedagógicas e Elementos Articuladores: Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2019. 205 fls.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.